

Atuação fonoaudiológica na gestão de políticas públicas - Ênfase na Reabilitação Auditiva

Speech therapy practice in public policy management - Emphasis on Hearing Rehabilitation

Bruna Mauer Lopes

Especialista em Audiologia. Mestre em Ensino na Saúde.

Marcia Falcao Fabricio

Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

Claudia Veras

Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

Andrea Wander Bonamigo

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Resumo

Objetivo: Este estudo objetivou relatar a prática de uma graduanda em Fonoaudiologia em estágio extracurricular na gestão de políticas públicas e destacar os resultados dessa experiência. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo na forma de relato de experiência da vivência de um estágio extracurricular realizado no setor de Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria Estadual da Saúde de um estado do sul do país. **Resultados:** Elaboração do Guia de Serviços e do Plano Estadual Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência possibilitando compreender o funcionamento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, desde o seu objetivo, população atendida, até a organização do acesso e a regulação destes usuários. **Conclusões:** Conhecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e ampliação da visão crítica sobre as políticas em saúde.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão em Saúde; Fonoaudiologia; Estágio.

Abstract

Objective: This study aimed to report the practice of a graduate student in Speech Therapy in an extracurricular stage in the management of public policies and highlight the results of this experience. **Methods:** This is a descriptive study in the form of an experience report of the experience of an extracurricular stage carried out in the health sector of the Person with Disabilities of the State Health Department of a state in the south of the country. **Results:** Creation of the Service Guide and the State Plan Network of Care for the Disabled with a view to understanding the

functioning of the Network of Care for Persons with Disabilities, from their objective, population served, to the organization of access and regulation of these users. Conclusions: Knowledge of the Network of Care for the Person

with Disabilities and broadening the critical view on health policies.

Keywords: Public Policies; Health Management; Speech Language and Hearing Sciences; Internships.

Introdução

A Fonoaudiologia é uma área no campo da saúde que possibilita aos profissionais a atuação nas especialidades de audiologia, disfagia, fonoaudiologia educacional, fonoaudiologia do trabalho, fonoaudiologia neurofuncional, gerontologia, linguagem, neuropsicologia, motricidade orofacial, voz e saúde coletiva¹. Durante a graduação muitas são as práticas experienciadas em cada uma dessas áreas de atuação. Porém, a atuação na saúde coletiva com enfoque na Gestão da Saúde Pública não é vivenciada durante esse período, principalmente no que diz respeito ao planejamento de ações nas políticas públicas e regulação de usuários dos serviços de saúde.

A Gestão em Saúde Pública e os instrumentos de gestão asseguram que o Sistema Único de Saúde (SUS) consiga operar em todos os seus níveis, da atenção primária à atenção especializada, com a finalidade de qualificar o funcionamento do sistema de saúde². Sendo assim a gestão em saúde pública se faz presente em variadas políticas e ações em saúde. Emerge entre as Políticas de Saúde Pública, a Política Nacional de Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência, na qual a

Secretaria Estadual da Saúde de um estado do sul do Brasil, por meio do setor da Saúde da Pessoa com Deficiência (SPD), transforma as diretrizes da Política Nacional em ações concretas, regulando e garantindo a melhor forma de acesso aos usuários por meio das Redes de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual e Estomias³.

No que diz respeito à Reabilitação Auditiva, instituiu-se em 2004 por meio da Portaria GM/MS nº 2.073, a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. A partir desta Política promoveu-se a ampla cobertura no atendimento aos indivíduos com deficiência auditiva no Brasil regulamentando a concessão dos aparelhos de amplificação sonora individuais em crianças, adultos e idosos. Estruturou-se uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada em todos os níveis de atenção para a realização de triagem e monitoramento da audição, diagnóstico da perda auditiva, seleção, indicação e adaptação dos aparelhos de amplificação sonora individuais, bem como a reabilitação auditiva destes usuários⁴. Anos após sua publicação, a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva foi revogada pela Portaria nº 793 de 24 de abril

de 2012⁵ que, a partir de então, instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência com um novo olhar sobre o cuidado em saúde, garantindo o cuidado integral e assistência multiprofissional e interdisciplinar de pessoas com deficiências auditiva, física, intelectual, ostomia e com múltiplas deficiências.

No entanto, no que se refere a políticas públicas de saúde, observa-se o despreparo do profissional de saúde frente à prática da gestão. É notório que muitos dos currículos atualmente utilizados na graduação destes profissionais de saúde estão defasados diante das necessidades do sistema de saúde⁶. De tal forma a atuação de graduandos na gestão do Sistema Único de Saúde não é de fato efetiva e o futuro profissional não é capacitado para tal fim. Nesse âmbito, sabe-se que muitas das instituições de ensino superior têm explorado novas formas para incluir em seus currículos os tópicos necessários para que a formação dos profissionais se aproxime da atuação do profissional do SUS⁷.

Além disso, a busca por estágios extracurriculares se faz bastante evidente em várias áreas da saúde^{8,9}. Pesquisas apontam que os graduandos que buscam atividades extracurriculares, apresentam mais qualidade e sucesso nas vivências universitárias, melhor rendimento acadêmico, aperfeiçoamento da análise crítica e o aprimoramento de sua formação profissional. Além disso, exibem melhores competências interpessoais e de estudo, bem-estar físico e psicológico^{10,11}.

Diante deste cenário que integra educação e saúde, visando o preparo do profissional para o exercício na gestão de Políticas Públicas, este estudo objetiva relatar a prática de uma graduanda de Fonoaudiologia na atuação na gestão de políticas de saúde com ênfase na Reabilitação Auditiva e destacar os resultados dessa experiência.

Método

Trata-se de um estudo descritivo na forma de relato de experiência da vivência de um estágio extracurricular realizado no setor de Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria Estadual da Saúde (SES) de um estado do sul do país. A atividade foi desenvolvida durante o período de outubro de 2011 a outubro de 2013, com carga horária de vinte horas semanais.

O estágio extracurricular se tornou possível por meio de contatos realizados pela graduanda com a Secretaria Estadual da Saúde e por meio de contrato firmado entre a Instituição de Ensino Superior e a referida Secretaria de governo do Estado. A partir desta pactuação o estágio foi iniciado no setor de Saúde da Pessoa com Deficiência com ênfase na Reabilitação Auditiva, uma vez que a discente cursava graduação em Fonoaudiologia.

As coletas destas informações para a estruturação dessa experiência se deram através de relatos e anotações das observações (diários de campo), relatórios de acompanhamentos semestrais, aprendizados e a vivência na área de atuação.

Resultados e Discussão

Cenário de atuação

O cenário de prática no setor da Saúde da Pessoa com Deficiência era composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais da saúde. Durante o período de dois anos de realização do estágio extracurricular integravam a equipe, duas fonoaudiólogas responsáveis pela Reabilitação Auditiva e especialistas em Saúde Coletiva - preceptoras da graduanda de fonoaudiologia, assim como fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais na área de Reabilitação Física e Intelectual, assistente social responsável pela Reabilitação Visual, enfermeiras para a área de Estomias, além de técnicos administrativos e estagiários de níveis médio, técnico e de graduação de enfermagem. Neste cenário então, foram desenvolvidas as atividades extracurriculares de gestão e regulação da Reabilitação Auditiva.

Saúde da Pessoa com Deficiência

Ao integrar a equipe como estagiária, iniciou-se o aprendizado de todo o funcionamento e composição da Rede da Saúde da Pessoa com Deficiência no estado, uma vez que a graduanda não possuía tais entendimentos sobre a Rede e os fluxos de encaminhamentos. Desta forma, compreendeu-se que a Saúde da Pessoa com Deficiência integra as Políticas Públicas de Saúde por meio das linhas de cuidados e tem como principal enfoque as necessidades dos usuários, neste caso às pessoas com algum tipo

de deficiência Auditiva, Física, Intelectual ou Visual. O principal objetivo desta política pública é a habilitação/reabilitação das funcionalidades humanas para sua devida integração social.

Para cada uma das áreas de reabilitação existiam centros de referência para os atendimentos, sendo necessário conhecer os serviços prestados em cada um dos pontos de referência. A graduanda também necessitou entender como se organizava o acesso à Rede de Cuidados da Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde, tanto para a Reabilitação Auditiva quanto para as demais áreas de reabilitação, para que fosse possível orientar as secretarias municipais, profissionais da saúde e gestores sobre o acesso. Desta forma, o usuário que apresentasse perda auditiva, comprometimentos no aparelho locomotor, incontinências urinárias, baixa visão ou dificuldades de aprendizagem e interação social, identificados pela Atenção Primária em Saúde (APS), por intermédio de profissionais que realizam o acolhimento dessa população nas unidades e objetivando permanentemente o trabalho em Rede de todos os níveis de atenção, é encaminhado a uma avaliação em Unidade de Reabilitação, para então por meio de inscrição ser inserido no sistema de regulação, na devida área de reabilitação. Para cada uma das áreas de reabilitação (Auditiva, Física, Intelectual, Visual e Estomias) há centros de referência da especialidade no estado, incluindo o Centro Especializado em

Reabilitação e os serviços de modalidade única que já faziam parte da Rede, através de habilitação em portarias anteriores, revogadas no ano de 2012.

O usuário após ser inserido no sistema de regulação, tem sua inscrição controlada pela equipe da Saúde da Pessoa com Deficiência para sua correta marcação e atendimento nos centros de referência. Com o intuito de habilitar/reabilitar, as ações realizadas neste setor visam estabelecer melhorias nas políticas de acesso e utilização desse usuário à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência³.

Regulação de acesso do usuário

As atividades desenvolvidas durante o estágio, incluindo o planejamento de fluxos de acesso à Reabilitação Auditiva, permitiram maior entendimento da assistência ao paciente como um todo, desde o seu ingresso no sistema de regulação até seu efetivo atendimento. O sistema para regulação dos usuários da Reabilitação Auditiva utilizado nesse período pela Secretaria Estadual da Saúde, chamava-se AGHOS (Sistema de Regulação em Saúde), atualmente substituído pelo sistema GERCON (Gerenciamento de Consultas Especializadas) e SISREG (Sistema Nacional de Regulação), que é um sistema on-line, vinculado ao Ministério da Saúde, criado para o gerenciamento de todo complexo regulatório da rede básica à internação hospitalar, visando à humanização dos serviços, maior controle do fluxo e otimização

na utilização dos recursos, ferramenta atualmente usada para regulação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência na SES.

A regulação do acesso possibilitava a visualização de todos os usuários em fila de espera para marcação na devida área de Reabilitação e propiciava por meio de critérios técnicos pré-estabelecidos, o agendamento para os serviços de referência de reabilitação. A Portaria nº 1.559, de 01/08/2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS nos diz em seu artigo. Art. 8º que são atribuições da regulação do acesso: I - garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; II - garantir os princípios da equidade e da integralidade; III - fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde; IV - elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; V - diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência; VI - construir e viabilizar as grades de referência e contra referência; VII - capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde; VIII - subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde; IX - subsidiar o processamento das informações de produção; e X - subsidiar a programação pactuada e integrada¹².

Além do contato e a possibilidade de experienciar o uso de um sistema de regulação utilizado no Sistema Único de Saúde na SES, esta vivência resultou em maior domínio da parte técnica no campo da Audiologia, área da

Fonoaudiologia. Por intermédio dos critérios técnicos utilizados pelos fonoaudiólogos para elencar prioridades de acesso, como grau e tipo de perda auditiva, idade dos usuários - uma vez que determinado número de vagas prioritárias são destinados à crianças, local de residência, regulados de acordo com as referências de cada unidade de reabilitação, tempo de inscrição no sistema de regulação. Assim como afirma a literatura^{13, 14}, o estágio extracurricular além de completar lacunas do currículo dos cursos de graduação, estimula o crescimento profissional e possibilita ao graduando maior autoconfiança no atendimento ao paciente.

Triagem Auditiva Neonatal

As ações realizadas no que se refere à Triagem Auditiva Neonatal, se deram por meio de auxílio a atualizações de listas dos locais que realizam o teste no estado, contatos com profissionais fonoaudiólogos nos serviços, participações em reuniões para discussão de fluxos da Triagem Auditiva, assim como a distribuição de material gráfico do Teste da Orelhinha e a organização de relatórios de produção (teste e reteste) da Triagem Auditiva Neonatal, encaminhados à SES pelos profissionais. Esta experiência propiciou à graduanda observar a importância da organização dos dados relatados pelos profissionais do Teste da Orelhinha, uma vez que tal informação era utilizada para definir as ações e mapear a cobertura do teste no estado.

Além disso, essa prática possibilitou a clareza em relação ao fluxo da triagem no estado, uma

vez que sua implementação em 2009 se deu por meio da aquisição de 40 equipamentos da Triagem Auditiva Neonatal pela SES para doação a 40 municípios. Consequência de uma proposta do Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (DAHA), setor Saúde da Pessoa com Deficiência, em ação inter-setorial com o Departamento de Atenção à Saúde (DAS), setor da Saúde da Criança e do Adolescente da SES. Os critérios de escolha dos municípios foram: a) maior número de nascidos vivos; b) municípios que possuem UTI neonatal; c) contemplar todas as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) em consonância com o Plano Diretor de Regionalização (PDR) vigente. Os municípios referenciados aos municípios pólo para realizar a TAN, foram acordados na Comissão Intergestores Regional (CIR), a fim de atender as necessidades geográficas e os pactos regionais de acesso, ressaltando-se que todos os municípios do estado possuem referência para realização do teste. A cobertura estadual da TAN que no ano de 2009 era de 17%, passou a ser de 80,7% no ano de 2016, denotando a importância da implementação para diagnóstico precoce da surdez¹⁵.

Produção de materiais

A construção, enquanto estagiária de Fonoaudiologia, de um Guia de Serviços para Pessoas com Deficiência contribuiu de forma significativa para o crescimento profissional, uma vez que se obteve o entendimento do funcionamento da Rede de Cuidados à Pessoa

com Deficiência e maior conhecimento a partir do trabalho de atualizações dos locais de referências e contato com as unidades para a produção do material digital e impresso. O Guia de Serviços elaborado com o objetivo de informar aos usuários com deficiência sobre os serviços de habilitação/reabilitação existentes no estado foi planejado e executado de forma com que o maior número possível de pessoas possa ter acesso ao material e como consequência, maior acesso aos serviços. Para as pessoas com cegueira, foi impressa uma versão em Braille e para aqueles com baixa visão uma versão com letras ampliadas foi realizada. O Guia de Serviços compreende a apresentação dos serviços de reabilitação referência para todo o estado do sul do Brasil, depoimentos de usuários já atendidos nessas unidades de reabilitação, bem como as formas de acesso e endereços desses locais, de forma clara e de fácil entendimento a todos os usuários.

Do mesmo modo que a criação e a produção do Plano Estadual Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência pelos profissionais da equipe da Saúde da Pessoa com Deficiência tornou a prática extracurricular muito mais interessante, uma vez que pode-se vivenciar a teoria aprendida nas instituições de ensino, na prática. O Plano Estadual construído em 2013 teve como objetivo representar as intenções da gestão em questão para a execução, monitoramento e avaliação das ações da Saúde da Pessoa com Deficiência, uma vez que a Portaria nº 793/2012 previa que os estados da Federação tivessem o Plano Estadual com novo

desenho da Rede, fez-se necessário então para concretizar este trabalho, o reconhecimento das regiões do Estado por meio da análise situacional de cada Região de Saúde para entender e mapear suas necessidades e suas potencialidades. A partir do mapeamento, ações foram discutidas e definidas juntamente com Grupo Condutor representado pelos demais órgãos competentes, para que fossem estabelecidas as reais prioridades de ampliação da Rede do Estado no que tange a habilitação/reabilitação da Saúde da Pessoa com Deficiência³. Desta forma a graduanda pode ter contato direto com a elaboração deste Plano, auxiliando na forma e no conteúdo escrito, além de ter participado das discussões teóricas sobre as políticas de saúde e carências assistenciais do estado.

Atuação Interdisciplinar

A atuação interdisciplinar para a realização do Plano Estadual Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência foi outro importante foco de atenção para a graduanda, pois possibilitou ampliar o conhecimento de outras áreas além da Reabilitação Auditiva, expandindo o olhar do cuidado com o usuário e o compreendendo na sua totalidade. Muitos cursos de graduação e grades curriculares apresentam poucos momentos de interação e efetivo trabalho em equipe, tornando o profissional despreparado para este fim. Estudos¹⁶ referem que as atividades extracurriculares, assim como as Ligas Acadêmicas proporcionam aos graduandos a oportunidade de vivenciar a

atuação multidisciplinar assim como influenciar no seu desenvolvimento profissional. Tão importante se mostra esta prática de atuação enquanto discentes de graduação que de acordo com outros autores, a experiência de vivência no SUS provoca nos estudantes o amadurecimento da prática multiprofissional e interdisciplinar¹⁷. Da mesma maneira, a participação efetiva em grupos de trabalho sobre variadas temáticas e reuniões com diferentes esferas de governo e organizações, capacita o futuro profissional a ter uma visão mais ampla e crítica sobre a assistência em saúde.

Experiências vivenciadas

O estágio extracurricular pode aumentar o interesse do discente em atuar e se especializar na área experienciada¹⁸, desta forma o período de atuação vivenciado na gestão de Políticas Públicas certamente capacitou o futuro profissional a exercer cargos de gestão em diferentes esferas. Bem como relatado em estudo anterior¹⁸, no qual afirma que os estágios realizados foram decisivos para a escolha profissional de 82,3% dos graduandos. Reiterando a importância dos estágios extracurriculares as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Fonoaudiologia prevê em seu artigo 8º, a realização de estágios como atividades complementares¹⁹. Ressalta-se tanto a importância desta atividade complementar que se percebeu que o interesse pelo conhecimento dos fluxos de atuação da Reabilitação Auditiva,

ações e diretrizes da Política Nacional de Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência passou a expandir à medida que as atividades eram desenvolvidas no setor de atuação.

No entanto, algumas dificuldades foram enfrentadas ao vivenciar um estágio na área de gestão de saúde pública. Grande parte da formação dos alunos da área da saúde e as próprias instituições de ensino estão pautadas em uma abordagem conservadora de ensino no qual o aluno recebe informação e o professor detém todo o conhecimento. Tal postura cria resistências no graduando impossibilitando seu pensamento crítico e reflexivo, ocasionando assim um maior despreparo ao atuar em outros contextos, se não o de consultório. É visível a inabilidade e a incompreensão dos graduandos a respeito do SUS e gestão de políticas públicas²⁰. Ao deparar-se com o campo de atuação da gestão, dificuldades como leituras e assimilação das legislações e políticas foram evidenciadas. A compreensão de nomenclaturas, siglas, órgãos competentes e até mesmo de função de alguns desses órgãos e comitês, prejudicava o entendimento por completo de determinados documentos e diretrizes oficiais. Por tais motivos se evidencia a necessidade de maior integração aluno-gestão, para que integrando esse sistema de saúde, o graduando possa passar a compreender melhor o SUS e colaborar com sua formação para atuação no Sistema Único de Saúde.

A experiência vivenciada durante o decorrido tempo de estágio trouxe inúmeros benefícios

para a vida pessoal e profissional de uma graduanda na área da saúde, principalmente no que diz respeito ao aprendizado na gestão de políticas públicas, conhecimento e aplicações de normativas e Políticas de Saúde, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Acredita-se que tais experiências de atuação fora do contexto da universidade e além dos muros de clínicas e hospitais trazem benefícios para a formação técnica - científica do graduando, mas também o proporciona uma visão mais apurada das políticas públicas e atuação em equipe²⁰. Assim a formação desses profissionais e as atividades práticas devem ser repensadas como foco na gestão a fim de qualificar o graduando, para que o futuro profissional seja qualificado a ter uma visão crítica e que possa estar capacitado a vivenciar não só o ambiente de consultório, como também o conhecimento do Sistema Único de Saúde em sua integridade.

Conclusão

Neste artigo relatou-se a experiência de estágio extracurricular de uma graduanda do curso de Fonoaudiologia, na atuação com a gestão de saúde pública com enfoque na Reabilitação Auditiva.

Verificou-se que as experiências e atividades desenvolvidas no período de dois anos contribuíram significativamente para a

formação profissional da graduanda uma vez que passou a ter o entendimento sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, desde o seu objetivo e população atendida, até sua organização, acesso e regulação destes usuários. Bem como a criação do Guia de Serviços e do Plano Estadual Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência pode consolidar os conhecimentos vivenciados na prática do estágio extracurricular.

Acredita-se que a prática do estágio extracurricular na gestão de políticas públicas pode ser ampliada em todas as instituições de ensino e para diferentes áreas da saúde, uma vez que com esse relato concluiu-se que a referida experiência trouxe benefícios pessoais e profissionais para a graduanda. Visto que sua visão crítica sobre as políticas em saúde pôde ser ampliada, seus conhecimentos técnicos utilizados no desenvolvimento de suas atividades, além de sua capacitação como profissional colaboradora para a gestão de políticas públicas do SUS.

O modelo de estágio extracurricular na gestão de políticas de saúde tem sido pouco relatado na literatura, sugere-se então que novos estudos possam ser realizados com outros profissionais da área de saúde e com diferentes percursos metodológicos para analisar o cotidiano dessa vivência e de seus resultados.

Referências

- ¹ CREFONO 7. Conselho Regional de Fonoaudiologia. Rio Grande do Sul. 2016. Acesso em: 08 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.crefono7.org.br/index.php>>.
- ² Brasil. Ministério da Saúde. SUS Instrumento de Gestão em Saúde. 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_instrumento.pdf>.
- ³ Secretaria Estadual da Saúde. Guia de Serviços do SUS para pessoas com deficiências. Rio Grande do Sul; 2013 Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/lista/205/SUS_e_Pessoas_com_Deficiencia
- ⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Brasília; 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2073_28_09_2004.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- ⁵ Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº. 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html.
- ⁶ Lysakowski S, Caregnato RCA, Sudbrack AW. O Contexto do Ensino na Saúde no Brasil: da Origem à Atualidade. In: Almeida AN, Caregnato RCA. (Org.). Ensino na Saúde: desafios contemporâneos na integração ensino e serviço. Porto Alegre: Moriá, 2016. Cap. 7. p. 121-136.
- ⁷ Medeiros VC, Peres AM. Atividades de formação do enfermeiro no âmbito da atenção básica à saúde. Texto & Contexto Enferm. 2011; 20(1): 27-35
- ⁸ Paiva KCM, Martins VLV. Contribuições do estágio extracurricular para as competências profissionais: percepções de acadêmicos de enfermagem. Rev eletrônica enferm. 2012; 14(2): 384-94
- ⁹ Ferreira IG, Carreira LB, Botelho NM, Souza LEA. Atividades extracurriculares e formação médica: diversidade e flexibilidade curricular. Interdisciplinary Journal of Health Education. 2016 Ago-Dez;1(2):114-124. <http://dx.doi.org/10.4322/ijhe.2016.022>
- ¹⁰ Tavares, D. M. Adaptação ao ensino superior e otimismo em estudantes do 1º ano (Dissertação de mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3617/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Daniela%20Tavares%20-%20FINAL.pdf>
- ¹¹ Viana RT, et al. O estágio extracurricular na formação profissional: a opinião dos estudantes de fisioterapia. Ver Fisiot e Pesq. 2012; 19(4): 339-344. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fp/v19n4/a08v19n4.pdf>
- ¹² Brasil. Portaria nº 1.559, de 01/08/2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/upload/legislacao/1559-%5B2870-120110-SES-MT%5D.pdf>
- ¹³ Nasr A. et al. Estágio voluntário em pronto socorro: instrumento para a formação médica de qualidade. Rev Col Bras de Cir. 2012; 39: 340-3
- ¹⁴ Sampaio AS, Silva A, Correa JCS. Um breve histórico das atividades extracurricular na formação do enfermeiro enquanto prática acadêmica. Rev Int de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad. 2017; 3: 124-7
- ¹⁵ Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal. Brasília. 2002
- ¹⁶ Hamamoto Filho PT. Ligas Acadêmicas: motivações e críticas a propósito de um repensar necessário. Rev Bras Educ Méd. 2011. 35: 535-43
- ¹⁷ Lemos M, Rocha MND, Peixoto MVS. Estágio de vivência no SUS-BA: estratégia de reorientação da formação profissional em saúde. Revista Bahiana de Saúde Pública, Bahia. 2012. 36:263-69. Disponível em: http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/251/pdf_66
- ¹⁸ Nascimento DT. et al. Avaliação dos estágios extracurriculares de medicina em unidade de terapia intensiva adulto. Rev Bras Ter Intensiva. 2008. v. 20, p. 355-361
- ¹⁹ Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Fonoaudiologia. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES052002.pdf>
- ²⁰ Canônico RP, Brêtas ACP. Significado do Programa Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde para formação profissional na área de saúde. Acta Paul de Enferm. 2008. 21: 256-261

Submissão: 27/10/2018

Aceite: 12/08/2019